

**Fake News oitocentistas? As petas da Sociedade Petalogica, uma agremiação empenhada na disseminação de mentiras – Rio de Janeiro (1830-1860)**

Teixeira, Cristiane Garcia

crisgarciat@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em História

Universidade Federal de Santa Catarina

---

## Resumo

Na edição de 27 de abril de 1983 da revista brasileira *Veja*, Eurípedes Alcantara, repórter de Ciência da revista, publicou a notícia sobre o “Boimate”, experimento inovador anteriormente publicado na revista inglesa *New Science*. Segundo a revista inglesa, o “Boimate” seria o produto da fusão de células vegetais do tomate com células animais do boi. Os biólogos responsáveis pela experiência chamavam-se Barry McDonald e Will. Wimpey – sobrenomes que lembravam empresas de alimentação. Mesmo com essa e outras pistas no texto difundido na *New Science*, Eurípedes publicou tal experiência na revista *Veja* como sendo um fato verídico, o que causou a hilaridade de alguns leitores/as e jornalistas brasileiros/as. A publicação inglesa não passava de uma brincadeira costumeira da *New Science*, que inventava e fazia circular matérias em comemoração ao dia 1º de abril, conhecido como o dia da mentira. Esse é um exemplo do que podemos intitular como fake news, que simploriamente, diante de toda sua complexidade, pode ser entendido como notícias falsas que se espalham rapidamente. Esse fenômeno se ampara atualmente em novas tecnologias que proporcionam um maior poder de distribuições dessas notícias. No entanto, o hábito de lançar notícias falsas não é uma novidade no Brasil. Exemplo disso é a Sociedade Petalógica do Rossio Grande, uma agremiação que existiu entre os anos de 1830 e 1860 e que tinha como objetivo disseminar mentiras para ridicularizar aqueles que as passavam para frente como sendo verdades. Mas o que era essa Sociedade, quem eram seus membros e o que objetivavam com essas mentiras? Como os próprios iniciados na Petalogica escreviam nas Atas das reuniões da agremiação, publicadas o jornal de variedades *A Marmota*, vejamos como a cousa se fez...

**Palavras chave:** Petas; mentiras; Século XIX; Rio de Janeiro; Brasil.

## Introdução

O período de 1830 a 1860 no Brasil teve como característica o entusiasmo na

criação de associações de diversos ramos do saber. Reunir-se em grêmios, sociedades, associações, pode-se dizer,

foi uma preferência da época. É possível que a criação da *Sociedade Petalógica do Rossio Grande* tenha se dado no início da década de 1830. Um texto publicado em 1853 no jornal de variedades *A Marmota Fluminense* indicou que a *Sociedade Petalógica* – “um ajuntamento de pessoas, mais ou menos instruídas” (*A Marmota Fluminense*, 05 jul. 1853, p. 1) – já existia há cerca de 20 anos. Foi então na década de 1830 que Francisco de Paula Brito, criador da *Sociedade* e proprietário da *Marmota*, começou a reunir literatos, artistas e políticos nos fundos de sua casa e posteriormente transferiu essas reuniões para a livraria na Praça da Constituição, n.º 51 (e logo depois o mais famoso n.º 64), conhecido nesta época como o Largo do Rossio, o que completou o nome da sociedade: *Petalógica do Rossio Grande*.

A *Petalógica*, portanto, tinha como espaço físico para os encontros a tipografia de Francisco de Paula Brito. Esse lugar, considerado um dos mais visitados da corte em meados do século XIX, funcionou também como oficina de encadernação, livraria e casa de chá. Foi apontado por Laurence Halewell (2005) como um ponto de encontro literário, onde escritores e intelectuais reuniam-se para conversas e debates. O estabelecimento de Paula Brito ofereceu, nas primeiras décadas do século XIX, um dos primeiros exemplos brasileiros em converter uma livraria em clube literário informal. Segundo Halewell (2005), a tipografia e

livraria de Francisco de Paula Brito foi um estabelecimento de muito sucesso enquanto um espaço de sociabilidade, em motivo da existência da *Sociedade Petalógica*.

Filho de uma família de libertos afeita às letras, Francisco de Paula Brito teve acesso à leitura ainda muito jovem. Em 1824 ingressou como aprendiz de tipógrafo na Tipografia Imperial e Nacional. Logo em seguida foi empregado nas oficinas de René Ogier e na de Pierre Plancher, consecutivamente. Sua ascensão social enquanto editor se deu a partir da década de 1840. No entanto, foi a partir de 1852 que seu nome apareceu no *Almanak Laemmert* como um mercador de livros. Editou e imprimiu os mais diversos tipos de impressos, bem como, inúmeros autores brasileiros (Godoi, 2016).

Paula Brito tinha por costume abrigar jovens iniciantes da pena que posteriormente tornar-se-iam autores consagrados. Casimiro de Abreu e Machado de Assis, por exemplo, foram empregados em sua tipografia. O tipógrafo e livreiro é considerado por alguns autores como o primeiro “patrão” de Machado de Assis. Para o historiador Godoi (2016) foi através destas práticas, do seu trabalho e dos laços de amizade costurados nesse estabelecimento e também fora dele, que Francisco de Paula Brito tornou-se uma espécie de

catalizador da cultura nacional oitocentista.

Talvez seja essa uma das causas para que a *Petalógica* tenha reunido tantos homens de letras da época. Conforme destacou Hallewel (2005), todo o movimento romântico de 1840 - 1860 se reuniu na *Sociedade*: poetas, compositores, artistas, atores, além de políticos como senadores, ministros do governo, entre outros. Um dos membros, talvez o mais famoso deles, Machado de Assis, relatou que os iniciados na *Sociedade* estavam espalhados por toda superfície da cidade, dando a entender o quão numerosos poderiam ser.

A historiadora Milena Pereira (2014), ao trabalhar com Sociedades literárias oitocentistas em São Paulo, as concebeu como a reunião de um conjunto de homens descontentes com o descompasso do Brasil em relação ao progresso experimentado no século XIX, que objetivavam contribuir para a transformação do quadro social e cultural que os descontentavam. E também como Sociedades que tinham papel decisivo na formação de uma consciência crítica que deveria orientar o destino da literatura no Brasil, bem como na formação de seus escritores que se tornaram peças chave na construção do país. A *Petalógica* possuiu muitas características dessas Sociedades literárias estudadas por Milena Pereira. No entanto, existem questões que a singulariza e uma delas é

a mentira. E, diante do leque de possibilidades de investigação que essa *Sociedade* oportuniza, a *petá* (mentira) funciona como um signo e um caminho para estudar e compreender a *Petalógica*.

### Objetivos

O título da agremiação se referia “à rédea solta que seus membros davam à imaginação” (Hallewel, 2005, p.154). Uma *petá* significava uma mentira. No Dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto (1832), contemporâneo a *Sociedade*, a palavra *petá*, em seu sentido figurado, equivale a palavra mentira. Esse foi o sentido empregado no título da *Petalógica*, que pretendeu, através da invertida lógica de “contrariar aos mentirosos, mentindo-lhes”, constranger e envergonhar aqueles que tomavam e apregoavam como verdades tudo o que ouviam. Pretendeu também que os mesmos mentirosos, logo após que obtivessem o conhecimento de que a notícia que tomavam e repassavam como verdadeira constituía-se em uma notícia *petológica*, ou seja, uma mentira/invenção, “se corressem de envergonhados e se corrigissem” (*A Marmota Fluminense*, 29 jul. 1859, p. 1).

O objetivo da disseminação das mentiras de espanto – que impressionavam e causavam espanto por serem pomposas e bem elaboradas – era desmoralizar os mentirosos. Desta maneira, os não iniciados na *Sociedade*

ao repassar as mentiras que escutavam, como sendo verdades, perdiam a legitimación entre seus pares e a sociedade. Esse processo parecia uma espécie de ridicularização do mentiroso, uma zombaria de indivíduos cujos comportamentos fossem passíveis de censura.

No entanto, as petas possuíam um teor mais complexo. Ao analisá-las foi possível compreendê-las como uma forma de representação da sociedade em que os iniciados na *Petalógica* estavam inseridos. Para se mentir – de forma jocosa, satírica – sobre determinadas questões concernentes à sociedade é preciso conhecê-la. Portanto, as petas funcionavam como estratégia para criticar e punir os mentirosos e, como demonstrei, inconvenientes do Rio de Janeiro oitocentista.

O humor e o riso podem ser considerados aquilo que distanciava iniciados e não iniciados na agremiação. O riso que vinha logo após a *petá* ser proferida poderia ser o que diferenciava os capazes e incapazes de compreender e perceber a mentira. Essa questão pode ser ilustrada com uma passagem do livro de Gondin da Fonseca (1960): “A palavra ‘petalógica’ vinha de *petá*, mentira, – mas naqueles dias românticos supunham-na derivada de ‘pétala’ os não iniciados que dela ouviam falar. João Caetano ria! As pétalas da Petalógica! Machado ria!” (pp. 102 - 103).

O humor é questão fundamental para entender as *petas* disseminadas pela *Sociedade Petalógica do Rossio Grande*. Zombeiteiras, as *petas* causavam o riso. Como demonstrou Saliba (2002), deve-se procurar a essência do riso no terreno da sociedade. Para isto é preciso colocá-lo em seu ambiente natural, determinar-lhe sua função útil, que é uma função social. Assim funcionou o humor das *petas*. Para entendê-las, para *rir* das mesmas, era preciso compreender o que as *petas* representavam dentro da sociedade que era seu ambiente natural. Quando os membros da *Sociedade* diziam que a iluminação da cidade fazia-se da melhor maneira possível e que não se observava “mais de noite as ruas às escuras; que todos os lampiões se acha[vam] brunidos, e que um só não existe que não alumie até o amanhecer” (*A Marmota Fluminense*, 05 jul. 1853, p. 2), buscavam no contraste e no estranhamento, pois a iluminação era ainda muito precária naquela cidade, o efeito do riso.

Pensando em gênero literário, o humor petalógico funcionou na ordem da sátira. Sabe-se que o humor, bem como a ironia, são manifestações da sátira que tem por característica ser direta em suas censuras. Ao contrário do poeta cômico, que busca corrigir o comportamento humano, o autor satírico visa alguém em particular, um único exemplar da espécie, com nome próprio, merecedor exclusivo da censura. Portanto, o objetivo deste

trabalho é tentar decifrar quem era o nome da sátira petalógica. Que pessoa, fato ou domínio da sociedade estava sendo objeto da censura e ridicularização dos iniciados na *Sociedade Petalógica do Rossio Grande* do século XIX.

## Materiais e Métodos

Fundado por Francisco de Paula Brito, o jornal de variedades *A Marmota Fluminense* circulou com regularidade até 1861, tendo alguns números esparsos até 1864. Certamente não foi idealizado para servir a *Sociedade*, mas os mesmos estavam interligados, seja por seu fundador e idealizador – Paula Brito –, seja pelos colaboradores do jornal que eram, em sua maioria, os iniciados na *Petalógica*. Seja também pelas diversas informações e artigos que tinham a *Petalógica* como assunto, bem como registros e resumos das reuniões da *Sociedade* publicadas na *Marmota* a partir de 1853.

Esses registros seguiam a mesma formatação dos Anais das Câmaras dos Deputados do Rio de Janeiro, publicados no *Jornal do Comércio*. Apresentavam um Sumário, a descrição do Expediente e a Ordem do Dia. No Expediente estavam as narrações das petas. A Ordem do Dia narrava passo a passo os acontecimentos da reunião, que parecia funcionar da seguinte maneira: determinados associados pediam a palavra e narravam um acontecimento, logo depois discutia-se

sobre o fato narrado e era decidido se tratava-se ou não de uma mentira. Tudo era descrito na ordem da pilhéria e o riso rolava solto.

Como é possível observar, o jornal de variedades *A Marmota* é a principal fonte de investigação para entender a *Petalógica*, devido ao volume de informações sobre a mesma que o jornal de variedades trazia. No entanto, foi possível encontrar informações e notícias sobre a *Sociedade* e seus iniciados em outros impressos. Ademais, as mentiras petalógicas foram apregoadas também por jornais e revistas da época: “A *Sociedade* ufana de ter colhido bons resultados, e de ter impingido petas aos próprios redatores de certos jornais intermitentes, que as apregoavam logo como verdades que eles *viam*, tem-se dado a outro gênero de divertimento” (*A Marmota Fluminense*, 25 jul. 1853, p.2).

A imprensa é mais do que um registro dos acontecimentos de época, através de sua análise é possível ir ao encontro de uma sociedade e também verificar como os impressos em geral interagem com a complexidade desse contexto, entendendo-os como “sujeito da sociedade e do processo histórico”. O trabalho com a imprensa exige cuidado por parte do historiador e historiadora, é preciso inseri-la em seu tempo e entender que é impossível separar o seu conteúdo do lugar ocupado por sua publicação na sociedade e na história da imprensa

(LUCA, 2005). Suas informações devem ser analisadas como representação das questões acerca de seu tempo.

Desta maneira, visto que as Atas das reuniões da *Petalógica*, bem como muitas informações sobre a agremiação foram encontradas no jornal de variedades *A Marmota Fluminense*, esse impresso foi a principal fonte de pesquisa desta investigação.

### Resultados e Discussão

A *peta* escolhida para análise foi divulgada no *Expediente* do resumo da reunião que aconteceu em janeiro de 1853 e que foi publicada no número 335 de 28 de janeiro do jornal *A Marmota Fluminense*, como demonstro no trecho a seguir. A *peta* escolhida é de autoria desconhecida.

A Câmara Municipal havia engaiolado por meio de *cachorreiras* todos os cães e *côas* que de noite passeavam pelas ruas, e que este flagelo se achava de todo extinto. Finalmente que a irrigação, que outrora se praticava por meio das bombas, foi substituída por método muito mais vantajoso, que vem a ser: 20 homens, todos com bochechos d'água e enfileirados a despejarem nas ruas, de modo que n'um abrir e fechar de boca, como por encanto, é irrigada uma rua inteira. (*A Marmota Fluminense*, 28 jan., 1853, p.1).

Nos dois casos trazidos pela fonte, nas ações de irrigar e prender cães, foi perceptível a contraposição entre liberdade e confinamento. Despejar, por exemplo, pode indicar que substâncias/pessoas/animais que

estavam contidos/presos/retidos são vertidos, liberados, ou expulsos e enxotados, sempre nas ruas. O contrário também pode acontecer quando se trata dos cães e “côas” que passeavam durante a noite. Nesse caso entende-se que os animais precisavam ser engaiolados nas cachorreiras. Estavam livres, passeando, mas precisavam ser contidos/presos.

A partir desse grande tema surgiram vários caminhos possíveis de interpretação como, por exemplo, a associação que se fez com o fim da escravidão no Brasil às imagens de progresso industrial e tecnológico, a animalização e objetificação dos escravos e escravas e a tênue fronteira entre liberdade e escravidão que experienciaram os negros livres, libertos e escravos no Rio de Janeiro oitocentista. Procurei passar por cada um desses pontos, permanecendo um pouco mais no último.

Para essa interpretação utilizei Sidney Chalhoub (2012) como principal apoio a minha argumentação. Segundo a *peta* analisada, partiu da Câmara Municipal uma ordem para engaiolar todos os cães e “côas” que passeavam pelas ruas durante a noite. Os cães podem estar fazendo alusão aos *homens e mulheres de cor* (escravos, libertos e livres) que passeavam nas ruas “fora de horas”, ou seja, à noite, depois das 22h00min. Não encontrei Lei ou Decreto que me servisse de apoio. No entanto, Chalhoub (2012)

cita um *Registro de ofícios relativos ao Calabouço* onde um escrvão conta a história de um homem negro chamado Simão Congo, preso no Calabouço da Casa de Correção da Corte Imperial em 1845, pelo fato de encontrar-se fora de casa pouco depois das 22h00min (“fora de hora”), expressão presente também em outros registros de escravos fugidos apreendidos no Rio de Janeiro entre os anos de 1850 e 1860.

Muitos libertos e livres eram retidos das ruas por motivo de “vadiagem”. Essa questão vai ao encontro, como demonstrou Chalhoub (2012), do posicionamento das autoridades imperais que alegavam que os homens e mulheres livres e libertos optavam pela ociosidade e até mesmo pelo crime ao invés de trabalharem nas lavouras, mostrando a frequência com que foi associada pelas autoridades a condição de liberto e liberta à tendência a vadiagem e ao crime.

Seguindo com a interpretação da *peta*, entende-se que logo que pegos, os *homens e mulheres de cor* eram engaiolados em cachorreiras que bem podiam ser os calabouços da Casa de Correção da Corte. Poderiam também ser chamadas assim porque tinham como guia cachorreiros que eram pessoas que tratavam/conduziam e, principalmente, vendiam cães. O que pode estar fazendo uma alusão à polícia da província do Rio de Janeiro e os chamados inspetores de

quarteirão, que buscavam prender escravos “vadios” e “fugidos” que andavam nas ruas à noite, “fora de hora”. Esses policiais recebiam pagamento por cada escravo fugido apreendido. (Chalhoub, 2012).

Machado de Assis, um iniciado na *Petalogica*, em seu conto intitulado *Pai contra mãe* que, mesmo que publicado em 1906, pode nos contar muito sobre a prática da polícia da Corte e dos inspetores de quarteirão de deter escravos fugidos, mesmo que fossem livres e apresentassem documento comprobatório. No conto, Machado de Assis apresenta Cândido Neves que encontrava na prática de pegar escravos fugidos um encanto novo.

Candido Neves lia os anúncios, copiava-os, metia-os no bolso e saía às pesquisas [...]. Fixados os sinais e os costumes de um escravo fugido, gastava pouco tempo em achá-lo, segurá-lo, amarrá-lo e levá-lo. [...] Jantava e saía outra vez, à cata de algum fugido. Já lhe sucedia, ainda que raro, enganar-se de pessoa e pegar em escravo fiel que ia a serviço de seu senhor; tal era a cegueira da necessidade. Certa vez capturou um preto livre; desfez-se em desculpas, mas recebeu grandes somas de murros que lhe deram os parentes do homem. (ASSIS, 1906).

Essa passagem do conto de Machado de Assis corrobora no sentido de refletir sobre a dedicação da polícia em apreender homens e mulheres de cor, que se mostrou muito eficaz em meados de 1850, período, como demonstrou Chalhoub (2012), onde o número volumoso de pessoas detidas no

Calabouço e na Casa de Detenção da Corte por suspeitas de que fossem escravos fugidos causou incomodo ao governo Imperial que passou a tomar medidas para que o número de detenção diminuísse.

Sobre os homens que andavam enfileirados com bochechos de água a irrigar as ruas, acredito que pode também ser uma referência aos *homens de cor* retidos nas ruas e engaiolados no Calabouço que eram obrigados, pelo administrador da prisão, “a bem de serviço público”, a carregar água pelas ruas públicas da Corte, no libambo,<sup>i</sup> em companhia de outros escravos, por isso permaneciam enfileirados. Essa imagem permite outro caminho de interpretação, a contraposição entre máquina e homem. No período em que a *peta* foi elaborada havia um credo de que a escravidão constituía um obstáculo ao aperfeiçoamento de técnicas agrícolas e ao uso racional dos recursos naturais. Nesse sentido, podemos refletir sobre o encanto de irrigar uma rua toda. O encanto contrasta com o que pode ser entendido como ciência. Nesse último há uma racionalização do processo de produção, ou seja, tem-se conhecimento dos meios/processos de produção, o que no primeiro caso não é possível conhecer, pois acontece como um encanto, de forma mágica.

Ao substituir máquina por homem faz-se uma reversão do que é esperado

quando se subentende um avanço e aperfeiçoamento tecnológico. Mas também pode subentender a objetificação e desumanização do corpo, nesse caso o corpo negro, ao aproximar o movimento do abrir e fechar da boca – um movimento muscular e corpóreo – ao movimento de uma máquina. Assim como a máquina o escravo figurava também como propriedade.

Pensemos agora sobre qual situação frequente na sociedade oitocentista do Rio de Janeiro a *peta* informa, ou como essa situação relatada pode auxiliar na investigação sobre a própria *Sociedade Petalógica do Rossio Grande*.

Além do efeito da *peta* na sociedade e no grupo social, entende-se que a imagem que se construiu a partir da *peta* foi a imagem de crítica. Compreende-se, dessa maneira, que a *peta* analisada funcionou como uma crítica ao *status quo* da sociedade em que estava inserida.

Sabe-se que durante quase quatro séculos de escravidão no Brasil o corpo negro foi objetificado e desumanizado. Pode-se, inclusive, encontrar passagens nos registros policiais e na legislação do século XIX que aproximam o tratamento dado ao escravo ao tratamento dado a bestas e outros animais. Além das características que lhes eram atribuídas nas fontes – como dóceis, arredios, violentos, entre outros – que também



eram comuns aos animais (Chalhoub, 2012).

Na década de 1850, com a promulgação da lei Eusébio de Queiroz que proibia o tráfico negreiro no Brasil, muitas pessoas livres e libertas foram detidas pela polícia imperial por suspeição de que fossem escravos fugidos ou ladinos, que eram escravos provenientes de contrabando ilegal. Mas essa precariedade da liberdade no Brasil já existia desde a década de 1830, com a Lei de 7 de novembro de 1831, de proibição do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. Desse modo, por meio da *peta* analisada, é possível acessar os discursos sobre a recorrente precariedade da liberdade no século XIX. Segundo Chalhoub (2012), a liberdade era nesse período uma experiência arriscada para os negros no Brasil, que viviam amiúde com a escravidão, pois mesmo livres corriam o risco de serem novamente escravizados.

A Lei de 1831, que declarava livre todo negro africano trazido por contrabando ao Brasil, era aplicada de forma muito seletiva. Houve, por parte das autoridades, em vista de dar legalidade à propriedade escrava adquirida por contrabando, a adoção de diversas artimanhas que dificultaram a prova de liberdade dos homens e mulheres de cor, livres e libertos. Toda a dificuldade em provar liberdade estava pautada na letargia das autoridades em investigar os

atos de contrabando em mar e em terra. Segundo Chalhoub (2002), o chefe de polícia da Corte na época, Eusébio de Queiroz (que, contraditoriamente, era também membro da *Sociedade Petalógica*), fazia vista grossa e tinha pleno conhecimento do tráfico ilegal de escravos. Essa situação permaneceu no início da década de 1850 e perdurou, com algumas transformações, até 1860. Ainda na década de 60 vigorava o pressuposto de que um *homem ou mulher de cor* detidos por suspeita de serem escravos e fugidos permaneciam escravos até conseguirem provar o contrário. Transferiu-se para a população negra o ônus da prova de sua liberdade, que muitas vezes não era crida e levada em consideração pelas autoridades.

### Conclusão

Sob meu ponto de vista, a *peta* reflete sobre um debate político que perdurou durante boa parte do período Imperial, relacionado à escravidão e ao tráfico ilegal de escravos trazidos ao Brasil nesse período. Mas mais que isso, ela nos conta sobre a tensão entre uma classe senhorial que não avaliava as consequências do incentivo à escravidão ilegal e uma população escrava que resistia à ilegalidade de sua escravidão. A *peta* nos fala, sobretudo, de como a liberdade era ambígua na sociedade brasileira oitocentista e como *homens e mulheres de cor* libertos e livres se

moviam dentro dessa estrutura, aprendendo a evitar movimentos que colocassem sua liberdade em perigo e em contestação.

A *peta* pode traduzir o pensamento e posicionamento de alguns iniciados na *Sociedade Petalógica* que estavam acompanhando e participando desses debates e que através da *peta* criticavam a postura das autoridades governamentais, da classe senhorial e da instituição da escravidão.

### Bibliografía

ASSIS, Machado de. *Pai contra mãe*. (1906). Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000245.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

CHALHOUB, Sidney. (2012) *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras.

FONSECA, Gondim da (1960). *Machado de Assis e o hipopótamo: uma revolução biográfica*. São Paulo: Editora Fulgor Limitada.

GODOI, Rodrigo Camargo de (2016). *Um editor no Império*: Francisco de Paula Brito. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP.

HALLEWELL, Laurence (2005). *O Livro no Brasil*. Sua história. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

LUCA, Tânia Regina de (2005). História dos, nos e por meio dos periódicos. In PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto. pp. 111-153.

PEREIRA, Milena da Silveira (2014). *A crítica que fez história: as associações literárias no Oitocentos*. São Paulo: Editora UNESP.

PINTO, Luiz Maria da Silva (1832). *Diccionario de lingua brasileira*. Ouro Preto, Typographia de Silva. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br>. Acesso em: 03 de Julho de 2018.

SALIBA, Elias Thomé (2002). *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras.

### Financiamento

Esta pesquisa de doutorado está sendo realizada com bolsa de estudos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

---

<sup>i</sup> “Por libambo se tinha a cadeia de ferro com que se jungia uma fila de escravos pelo pescoço. Não era raro que o colar e a corrente de metal fossem substituídos por meios mais antigos e mais baratos, e em muitas caravanas de cativos o que se viam eram a corda, a tira de couro e a forquilha. Punha-se nesta, de frente, o pescoço de um aflito e se fechava a bifurcação com um pedaço de pau muito bem amarrado. Num outro infeliz, a forqueta ia apoiar-se na nuca, fechando-se depois na goela. Amarravam-se os cabos das forquilhas, de modo que os dois escravos não podiam separar-se, e cada dupla era ligada a duas outras por corda que lhes amarravam as mãos. Esse era outro tipo de libambo.” Ver em: SILVA, Alberto da Costa e (2011). *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.